



POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

A política de divulgação de informações da SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar) é voltada ao atendimento integral às exigências, regras e procedimentos para disponibilização de informações, estabelecidos através de Decretos, Leis, Regulamentos e demais instrumentos que sujeitem a SCPar a divulgar suas informações, como forma de refletir a transparência e o comprometimento da mesma com a execução do seu objetivo social.

A forma de divulgação deve ser pautada também na busca pelo uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação, de modo que produza informações para a geração de conhecimento e o controle social, através da ampliação de acesso, equidade, integralidade das informações, considerando as diretrizes dos seguintes princípios fundamentais:

- Fomentar o desenvolvimento de metodologias e ferramentas científicas e tecnológicas para a gestão, qualificação e uso da informação;
- Promover a disseminação de dados e informação de forma a atender tanto às necessidades de usuários, de profissionais, de acionistas, de prestadores de serviços e do controle social;
- Ser dotada de instrumentos legais, normativos e organizacionais, relacionados à segurança e à confidencialidade das informações estratégicas;
- Promover a qualificação e a educação permanente dos trabalhadores e dos gestores para uso e divulgação adequada das informações.

2. BASE LEGAL E OBRIGAÇÕES

Os principais regramentos e exigências referentes a transparência e divulgação de informações encontram-se na relação abaixo, eventuais atualizações e demais exigências que porventura não venham a constar nessa relação serão observadas pela empresa:

- **Decreto Estadual Nº 1.048, de 04 de Julho de 2012** - Regulamenta, no âmbito do poder Executivo, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso
- **Decreto Federal Nº 7.724, de 16 de Maio de 2012** - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
- **Lei Federal Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- **Decreto Federal Nº 7.185, de 27 de Maio de 2010** - Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.
- **Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- **Decreto Federal Nº 8.945, de 27 de Dezembro de 2016** – Regulamenta a Lei nº 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, sociedade de economia mista e de suas subsidiárias federais, [...]
- **Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002** - Dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas [...].
- **Lei Estadual nº 15.617, de 10 de Novembro de 2011** - Dispõe que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e dos órgãos que especifica, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

- **Lei Complementar n. 131, de 27 de Maio de 2009** - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.